

## Jogo do contente

GOVERNO E OPOSIÇÃO MOSTRAM REAÇÕES DESCABIDAS A ANÁLISES DE BANCOS ESTRANGEIROS

*Rogério L. Furquim Werneck\**

Há meses já se sabia que a travessia da campanha presidencial poderia ser marcada por inquietações e turbulência no mercado financeiro. Não foi nada surpreendente, portanto, que a evolução do quadro eleitoral tenha passado a ser vista com certa apreensão em avaliações divulgadas por instituições financeiras estrangeiras desde a semana passada. O que, sim, causou surpresa foram as despropositadas reações a tais avaliações, observadas tanto no campo governista como no da oposição. Em meio às manifestações de incontida irritação e de indignação, é preciso refletir sobre a questão.

É perfeitamente legítimo que o governo se preocupe em manter a economia ao largo dos efeitos deletérios da turbulência no mercado financeiro. E que se empenhe em evitar que o País tenha que prematuramente lidar com desdobramentos econômicos de inquietações que, na medida do possível, deveriam ser enfrentados mais perto das eleições. Em outras palavras, é natural que a equipe econômica queira a todo custo evitar que o barco seja balançado antes da hora. Mas isto não significa que o governo tenha de sair em campo para tentar desqualificar como simples impostura toda e qualquer análise que atribua probabilidade razoavelmente alta a um cenário de vitória da oposição.

É verdade que, a cinco meses das eleições, ainda há muita água para passar debaixo da ponte. Mas já há algum tempo, o País (a começar do próprio governo) não faz outra coisa a não ser tentar entrever nas pesquisas de intenção de voto o que nos reservam as urnas de outubro. E o fato inegável é que a evolução recente das pesquisas não tem sido favorável ao governo. É claro que o governo continua apostando em uma reviravolta. É mais do que legítimo que o faça. E não faltam boas racionalizações para isso, ainda que, a esta altura, já esteja um tanto difícil separar o que é análise e previsão política do que é ato de fé, torcida e auto-engano. Há quem se agarre ao desempenho de Lula em 94 e 98. Há quem defenda que a campanha de fato só começa em agosto. E há quem acredite que a ampla coalizão governista que assegurou a vitória de FHC em duas eleições vá acabar retomando o juízo e se unindo em torno de uma candidatura governista.

Mas, ao apostar na reviravolta tendo de lançar mão de argumentos como esses, o governo não pode simplesmente desqualificar a conclusão de quem se deixa convencer por um argumento um tanto mais singelo, baseado em leitura direta dos resultados das pesquisas sobre intenção de voto: tendo chegado aonde já chegou, é bem possível que Lula acabe ganhando a eleição. Não faz sentido que o governo se

obrigue a tratar tal conclusão como um disparate ou coisa de quem acha que a capital do Brasil é Buenos Aires.

Se o governo quer ganhar a eleição, é importante que crie fatos políticos novos e se mobilize para dar viabilidade à vitória do seu candidato. O que não pode é, em face de um quadro eleitoral que se vai tornando adverso para o campo governista, querer jogar o jogo do contente e botar a boca no mundo sempre que alguém resistir a também fingir que o quadro é mais róseo do que parece. Não é assim que vai conseguir evitar turbulência no mercado financeiro. É mais do que sabido que tentar eliminar portadores de más notícias não é a forma mais sábia de enfrentá-las.

Do lado da oposição, houve também reações iradas às análises divulgadas pelos bancos estrangeiros. O PT simplesmente não se conforma com a idéia de que o cenário de vitória de seu candidato na eleição presidencial seja visto com apreensão no mercado financeiro internacional. Comportando-se como se estivesse sendo gravemente injustiçado, o partido apressou-se a rotular as avaliações como terrorismo especulativo. Há aqui também uma propensão ao auto-engano que deve ser refreada. Nunca é demais lembrar que há cerca de não mais do que um ano e meio, nas eleições municipais de 2000, o PT estava defendendo abertamente o estapafúrdio plebiscito cujo propósito era indagar à população se a dívida pública e a dívida externa deveriam ser pagas. Por maior que tenha sido o esforço de aprimoramento do discurso do partido observado nos últimos meses, o episódio é recente demais para ter sido simplesmente esquecido. E o pior é que não pode nem mesmo ser vendido como um roubo radical com o qual não concordavam os segmentos mais ilustrados do partido. De novo, é preciso lembrar que o atual presidente do PT tomou a iniciativa de propor ao Congresso um decreto legislativo oficializando o plebiscito. E que, na época, cada um dos economistas mais proeminentes do partido publicou artigos assinados na imprensa dando respaldo pessoal ao plebiscito.

Talvez tudo isto tenha até valido ao PT a conquista de algumas prefeituras a mais nas eleições municipais de 2000. Mas agora chegou a conta. Que infelizmente terá de ser paga por todo o País. Não adianta dar o dito pelo não dito. Há um problema de reputação e credibilidade de difícil solução a curto prazo. O partido não pode reclamar da imagem que hoje tem no mercado financeiro e junto a investidores de uma forma geral. Não adianta tentar esquecer os danos do oportunismo a que se permitiu em 2000. Esbravejar e denunciar as avaliações recentes sobre a economia brasileira como interferência desestabilizadora de bancos estrangeiros nos assuntos internos do País só serve para piorar as coisas. Pode reforçar a impressão de que o partido estava mais à vontade com o discurso que adotou em 2000 do que está com o que vem adotando agora. Melhor faria o PT se aprofundasse o seu esforço de reconstrução de credibilidade, tentando desde já ser mais explícito sobre como de fato conduziria a política econômica caso seu candidato ganhasse a eleição.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.